

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Acusamos a retirada do Edital de Pregão Presencial nº 3/2016, para **contratação de instituição bancária para administração da folha de pagamento do CIOP**, com encerramento para entrega dos envelopes às 14 horas do dia 24 de agosto de 2016, na sede do CIOP.

Dados da Instituição:

Razão Social	
CNPJ	
Insc. Estadual	
Endereço	
Cidade/ Estado	
Telefone	
Email	
Pessoa contato	

Presidente Prudente, 12 de agosto de 2016

Assinatura
carimbo da empresa (se houver)

Prezada Instituição,

Visando comunicação futura, se necessário, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remeter ao CIOP, pessoalmente ou através do email: licitacao.consortio@outlook.com e/ou licitacaocompra@ciop.sp.gov.br

A não remessa do recibo exime o Consórcio da responsabilidade da comunicação de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 3/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 35/2016

INTERESSADO: ADMINISTRAÇÃO DO CIOP

TIPO DA LICITAÇÃO: MELHOR OFERTA

DATA DE REALIZAÇÃO: 12 A 24 de agosto de 2016.

DATA/HORÁRIO PARA CREDENCIAMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: ÀS 14 HORAS DOS DIA 24 DE AGOSTO DE 2016.

LOCAL: SALA DE REUNIÃO DA SEDE DO CIOP, NA RUA CORONEL ALBINO, nº550, VILA MARISTELA, NO , ESTADO DE SÃO PAULO

OBJETO: Contratação de Instituição Financeira para a administração da folha de pagamento dos servidores do CIOP.

ANEXOS DO EDITAL

ANEXO I – Folheto Descritivo

ANEXO II – Minuta da Procuração

ANEXO III – Termo de Renúncia

ANEXO IV – Minuta de Contrato

PREÂMBULO:

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA – CIOP, cadastrado no CNPJ nº 18.960.233/0001-00, com sede na Rua Coronel Albino, nº 550, Vila Maristela, Presidente Prudente – SP, através de seu Presidente, abaixo assinado, faz saber a todos os interessados, que acha-se aberto **PREGÃO PRESENCIAL nº 3/2016**, para contratação de Instituição bancária, do tipo **Melhor Oferta**, regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizada pela Lei Complementar, nº 147, de 7 de agosto de 2014 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

A sessão de processamento do Pregão será realizada na **sede do CIOP, na Rua Coronel Albino, nº 550, Vila Maristela, no Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo (19.020-360)**, no dia **24 de agosto de 2016, às 14 horas (Horário de Brasília)** e será conduzida pela Pregoeira Oficial com auxílio da Equipe de Apoio.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

1 – DO OBJETO:

1.1 – Constitui objeto desta licitação a **CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, COM FUNCIONAMENTO AUTORIZADO PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, PARA A ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FOLHA DE PAGAMENTO DAS REMUNERAÇÕES E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO CONSÓRCIO, MEDIANTE CRÉDITO A SER EFETUADO EM CONTA (SALÁRIO OU CORRENTE), SEM QUALQUER ÔNUS OU CUSTOS PARA OS SERVIDORES, PELO PERÍODO DE 60 (SESSENTA) MESES**, conforme especificações constantes do folheto descritivo, que integra este Edital, Anexo I.

1.2. Os créditos a serem lançados nas contas dos servidores serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, 13º salários, férias e demais créditos originários da relação entre servidores x CIOP.

1.3. A empresa contratada terá preferência no direito de realizar empréstimo consignado a favor dos Servidores, desde que os encargos referentes a esses empréstimos sejam aqueles praticados com a menor média da taxa de juros do mercado.

1.4. Sagrando-se vencedora instituição financeira oficial, a Contratada também ficará responsável pela disponibilidade de caixa do CIOP, além de outros valores que lhe pertença, exceto os valores provenientes de convênios, contratos ou ordens judiciais que disponham de forma contrária (art. 164, § 3º, da CF).

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.1. A participação na licitação importa na total e irrestrita submissão dos proponentes as condições estabelecidas neste Edital.

2.2. Poderão participar desta licitação as instituições financeiras oficiais ou privadas, que demonstrem estar autorizadas a funcionar no país pelo Banco Central do Brasil.

2.3. Não poderá participar desta licitação consórcio de instituições financeiras, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.4. É vedada a sub-contratação de outra instituição financeira pela vencedora, mesmo que seja sua controlada ou controladora, para a execução total ou parcial dos serviços objeto deste Pregão.

2.5. Somente poderão participar deste Pregão as instituições financeiras interessadas, doravante designadas proponentes, que atenderem a todas as exigências deste Edital e de seus Anexos, vedada, ainda, a participação de instituições financeiras:

- a) declaradas inidôneas por ato do Poder Público;
- b) impedidas de licitar e contratar com o Poder Público e quaisquer de seus órgãos descentralizados;
- c) sob processo de intervenção, liquidação, falência, ou dissolução;

2.6. Os serviços licitados deverão ser disponibilizados 15 (quinze) dias a contar da assinatura do contrato, podendo este prazo ser prorrogado desde que autorizado pelo Contratante.

2.7. A documentação apresentada deverá estar toda em nome da matriz ou em nome da filial, devendo ser o contrato executado pela empresa vencedora do certame.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os interessados, ou seus representantes legais, deverão fazer seu credenciamento, na sessão pública de instalação do pregão, comprovando possuir poderes para formular propostas e para a prática de todos os demais atos do certame.

3.2. As instituições Bancárias que desejarem participar deste certame por intermédio de Procurador, deverão apresentar no início da licitação PROCURAÇÃO com poderes específicos ou CARTA DE CREDENCIAMENTO, conforme modelo (Anexo II), devendo ambas, serem devidamente assinadas, com carimbo da licitante e firma reconhecida. A falta deste documento inabilitará a empresa participante.

3.3. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

3.3.1. Tratando-se de representante legal, dirigente da instituição financeira ou pessoa de condição assemelhada, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, **devidamente registrado na Junta Comercial**, no qual estejam expressos sua condição e seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, também acompanhado de documento pessoal de identificação;

3.3.2. Em se tratando de procurador, a procuração nos moldes do Anexo II, por instrumento de procuração público ou particular, devidamente acompanhada dos documentos mencionados no subitem anterior, que comprovem os poderes do outorgante, com firma reconhecida do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

3.3.3. O representante legal e o procurador deverão se identificar por meio de documento oficial de identificação que contenha foto.

3.2. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração poderá representar mais de uma empresa neste certame, sob pena de exclusão sumária dos participantes.

3.3. A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa da Pregoeiro.

3.4. No ato do credenciamento, deverá ser entregue também, a declaração formal de que a empresa encontra-se habilitada para participar do pregão (Anexo IV).

3.5. As propostas deverão abranger a totalidade dos serviços constantes do Anexo I, deste Edital.

4 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

4.1 A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo abaixo deverá ser apresentada fora dos Envelopes nºs 1 e 2.

MODELO**HABILITAÇÃO PRÉVIA**

Pregão Presencial nº 3/2016
Processo Licitatório nº 35/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO BANCÁRIA PARA A ADMINISTRAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES DO CIOP.

A (nome da licitante) _____, por seu representante legal (doc. em anexo), inscrita no CNPJ nº _____, com sede a _____, nos termos e para os fins do artigo 4º, VII da Lei Federal nº 10.520/2002, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos no Edital do Pregão em epígrafe.

Sendo a expressão da verdade firmamos a presente declaração.

Local e data

Assinatura _____

Nome do Subscritor _____

RG nº _____

4.1.2. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

<p>Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA Pregão nº 3/2016 Processo nº 35/2016 Razão social: xxx</p>	<p>Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP ENVELOPE Nº 2 – HABILITAÇÃO Pregão nº 3/2016 Processo nº 35/2016 Razão social: xxx</p>
---	--

4.1.3. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, nos termos do credenciamento/procuração apresentada no ato do credenciamento.

4.1.3.1 – caso a licitante deixe de datar ou assinar a proposta, poderá regularizar o documento no momento da sessão, através de seu proprietário ou de seu representante legal, conforme credenciamento/procuração.

4.1.4. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

4.1.5. As participantes que enviarem seus envelopes pelo correio, sem representantes credenciados, deverão renunciar expressamente ao direito de interpor recurso e ao prazo respectivo relativo a fase de Habilitação, concordando com o prosseguimento deste certame licitatório, enviando juntamente com os documentos de Habilitação, envelope nº 2, o termo de renúncia, conforme modelo do Anexo III.

5 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

5.1. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- Nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual/municipal da licitante, se houver;
- Número do processo e do Pregão;
- Descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações do folheto descritivo – Anexo I deste Edital, em papel timbrado da licitante, devidamente rubricado pelo representante legal da licitante e com o carimbo da instituição Bancária;
- A proposta em si mesma considerada, com o seu valor expresso em moeda corrente nacional (R\$), em algarismo e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o valor apontado por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

5.2 - O valor mínimo para o pagamento da outorga da permissão será de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), podendo ser parcelado em até 3 (três) vezes, na seguinte proporção:

- a) - 40% em até 10 (dez) dias corridos, após a assinatura do Termo Contratual;
- b) - 30% até 30 (trinta) dias após o primeiro pagamento;
- c) - 30% até 60 (sessenta) dias após o primeiro pagamento.

- Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias;
- Data, identificação e assinatura do proponente.

5.3. Fica claro que a vencedora do certame poderá explorar o objeto deste certame, com exclusividade, pelo prazo de 60 (sessenta) meses.

5.4. Não serão aceitas, nem levadas em consideração às propostas enviadas via e-mails e similares.

5.5. O proponente é inteiramente responsável pela elaboração de sua proposta, devendo fazê-la conforme especificação, não sendo em hipótese alguma, alegações posteriores de cotações emitidas erroneamente ou incompleta, ficando o proponente sujeito às penalidades legais.

6 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”

6.1. O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

6.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- Contrato social, Estatuto ou outro Ato Constitutivo, acompanhado da última alteração ou consolidação em vigor, devidamente registrados e autenticados, acompanhados dos documentos comprobatórios dos poderes de seus administradores.

6.1.1.1. Termo de renúncia, caso o participante opte apenas por enviar seus envelopes, sem representantes credenciados e desejarem renunciar ao direito de interpor recurso e ao prazo respectivo da fase de Habilitação, concordando com o prosseguimento do procedimento licitatório, conforme modelo do Anexo III.

6.1.1.2. Os documentos relacionados no subitem 6.1.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

6.1.2 - REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ), obtido no endereço eletrônico:

(http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp).

b) Prova de regularidade de débito com a Fazenda Municipal da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da Lei, mediante certidão negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa.

c) Prova de regularidade de débito com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante certidão negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, obtido no endereço eletrônico:

(<https://www.sifge.caixa.gov.br/Cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp>).

d) Prova de regularidade de débito com o a Receita Federal e a Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (INSS), obtido no endereço eletrônico:

(<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSPPO/Certidao/CNDConjuntaSegVia/NI CertidaoSegVia.asp?Tipo=1>).

e) Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho, mediante certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), ou positiva com efeitos de negativa, obtido no endereço eletrônico: (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

6.1.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a no máximo **90 (noventa)** dias contados da data de abertura dos envelopes.

6.1.4 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

- declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho e de que inexistente impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme modelo abaixo:

MODELO (DECLARAÇÃO)

Eu (nome completo), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), interessada em participar no Processo Licitatório Nº 35/2016, na

Modalidade Pregão (Presencial) nº 3/2016, do Consórcio, declaro sob as penas da lei que a (nome da pessoa jurídica):

- encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

- inexistente impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública em geral.

Local e data.

nome, rg e assinatura do representante legal

6.2. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

6.2.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões/documentos apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

6.2.2. Os documentos exigidos para a habilitação, não poderão em hipótese alguma, serem substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, serem remetidos posteriormente ao prazo fixado para a abertura do certame;

6.2.3. Qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá ser acompanhado do respectivo termo de tradução para a língua portuguesa, feita por tradutor público juramentado;

6.2.4. Todos os documentos expedidos pelo proponente deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com a identificação clara do subscritor;

7 – DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAGAMENTO DA FOLHA DOS SERVIDORES DO CONSÓRCIO.

7.1. A instituição deverá ter sistema informatizado compatível com o do Consórcio, de forma a possibilitar que todas as operações sejam feitas por meio eletrônico e “on-line”, sendo que no caso de incompatibilidade todas as despesas necessárias para tal adaptação correrão por conta da licitante vencedora.

7.2. A Instituição Financeira deve se apoiar em inovar sempre os produtos e serviços oferecidos aos servidores, mantendo uma assessoria especializada em análises confiáveis de seus investimentos e taxas de retorno competitivas do mercado;

7.3. Os depósitos da folha de pagamento dos servidores do Consórcio, deverão ser efetuados mediante crédito em conta específica do servidor (corrente ou salário), ofertando, de forma gratuita, mensalmente, no mínimo os seguintes serviços:

- abertura de conta;
- fornecimento de cartão eletrônico de débito;
- 01 (um) talonário de cheques mensal – com no mínimo 10 (dez) folhas;
- 01 (um) extrato mensal via correio;
- 02 (dois) extratos mensais emitidos em Terminal de Auto-Atendimento;
- 04 (quatro) saques mensais em Terminal de Auto-Atendimento;
- benefícios de cesta alimentação e/ou refeição (na modalidade de cartão).

7.4. Poderá o Consórcio realizar avaliação trimestral dos serviços prestados pela instituição, bem como uma pesquisa no mercado financeiro de modo a aferir os serviços porventura cobrados dos servidores, podendo realinhá-los, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8666/93.

7.5. Nos termos da Resolução 3402 da CMN, os servidores que optarem por receber sua remuneração em conta exclusivamente salário, não poderá ser cobrada nenhuma tarifa de serviços.

7.6. A Instituição Financeira vencedora terá exclusividade, durante todo o prazo do Contrato, pelo pagamento da folha dos servidores compreendidos abaixo, sem qualquer custo ao Consórcio.

7.7. O valor da folha de pagamento dos servidores do Consórcio soma-se a quantia líquida aproximada de R\$ 590.176,13 (quinhentos e noventa mil centos e setenta e seis reais e treze centavos), representado pela pirâmide salarial que segue:

PIRAMIDE – NUMERO DE FUNCIONARIOS E FAIXA SALARIAL- CIOP

PISO SALARIAL (R\$)	NÚMERO DE SERVIDORES
De 900,00 a 1075,00	42
De 1075,01 a 1400,00	89
De 1.400,01 a 1.800,00	73
De 1.800,01 a 2.000,00	04
De 2.000,01 a 2.500,00	07
2.500,01 a 3.000,00	02
2.300,01 a 4.000,00	30
Acima de 4.000,00	34
Total	281

QUADRO DE EMPREGADOS- CIOP

SITUAÇÃO	QUANTIDADE
Efetivos	263
Comissionados	18

**Quadro das Movimentações Financeiras:
CIOP**

COMISSIONADOS			EFETIVOS		
MÊS	BRUTO	LÍQUIDO	MÊS	BRUTO	LÍQUIDO
	R\$	R\$		R\$	R\$
mai/16	84.807,56	70.202,80	mai/16	614.398,31	519.973,33

Data base: 31/maio/2016

7.8. Os créditos a serem lançados nas contas dos servidores, nos termos deste edital, serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, 13º salários, férias e demais créditos originários da relação de emprego entre servidor e CIOP, além das pensões e proventos de aposentadoria porventura existentes.

7.9. O Consórcio enviará relação nominal dos servidores, contendo os dados desejados pelo licitante, com antecedência de 02 (dois) dias úteis da data do crédito, no caso de pagamento mensal.

7.10. O Consórcio determinará a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros, com antecedência de 02 (dois dias úteis).

8. DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS PARA SERVIDORES.

8.1. A instituição Financeira vencedora poderá realizar, sem ônus para o Consórcio, empréstimos consignados à folha de pagamento, devendo enviar à Administração cópias dos formulários necessários a contratação de empréstimos e preenchimento de formulários, que só poderão ser realizados com servidores que tenham condições mínimas para suportar tal encargo.

9 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

9.1. No local, data e horário constantes do preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de 30 (trinta) minutos.

9.2. Após o credenciamento, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no subitem 4.1 deste Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

9.3. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes das propostas, não será recebida nenhuma outra oferta de licitante retardatário e em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação de documento exigido neste Edital, nem admitida qualquer retificação ou alteração das condições ofertadas.

9.4. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital e que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

9.4.1. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

9.4.2. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

9.5. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- seleção da proposta de melhor oferta e as demais com preços até 10% (dez por cento) inferiores àquela;
- não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem as melhores ofertas, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

9.6. o Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta selecionada com a menor oferta de preço e os demais em ordem crescente de valor, decidindo por meio de sorteio no caso de empate de preços.

9.6.1. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente, até a definição completa da ordem de lances.

9.7. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e crescentes, superiores à proposta de maior valor até o momento, observado aumento mínimo entre os lances de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)**.

9.7.1. Será admitido ao licitante oferecer lance superior ao maior valor até então apurado, desde que seja superior ao seu, e que respeite o limite estabelecido no subitem 9.7.

9.7.2. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará em exclusão da proponente das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para fins de classificação definitiva ao final do pregão.

9.8. Durante a etapa de lances não será permitido o uso de aparelhos telefônicos (celulares) para consulta de preços com representantes na sede da instituição.

9.9. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

9.10. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando para as selecionadas o último preço ofertado.

9.11. A Pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de maior valor com vistas à majoração do preço ofertado.

9.12. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do maior preço, decidindo motivadamente a respeito.

9.13. A aceitabilidade das propostas, a começar pela de maior valor, compreenderá o exame:

- da compatibilidade das características dos serviços ofertados com as especificações indicadas no anexo I, deste Edital;
- o valor inicial mínimo da proposta de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

- 9.14. Serão consideradas inaceitáveis, sendo desclassificadas as propostas:
- que não atenderem aos requisitos mínimos estabelecidos pelo anexo I, deste Edital;
 - que apresentarem ofertas inferiores a R\$ 150.000,00
 -

9.15. Considerada aceitável a oferta de maior preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

9.16. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

9.17. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, a Pregoeiro examinará a oferta subsequente com o segundo maior preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

10 - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

10.1. No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias. O prazo começará a fluir a partir do término do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos autos à parte interessada.

10.2. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

10.3. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente que terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar.

10.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

10.5. O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11 – DA CONTRATAÇÃO E DOS PRAZOS

11.1. A contratação referente a esta licitação não onerará o Orçamento do Consórcio.

11.2. A instituição que for declarada vencedora do certame, deverá celebrar contrato com o Consórcio, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após sua notificação, sob pena de decair do direito de contratar, sem prejuízo das sanções cabíveis, facultando a Administração a aplicação de multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, além das outras sanções previstas nas Leis Federais nº. 10.520/02, 8.666/93 e demais alterações.

11.3. O não atendimento ao chamamento no prazo estabelecido para a assinatura do devido contrato, poderá a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.4. Uma vez assinado o contrato, este terá início na data de sua assinatura e permanecerá em vigor pelo prazo 60 (sessenta) meses.

11.5. Fica expressamente vedada instituição contratada, a transferência total ou parcial, das responsabilidades inerentes ao contrato, bem como a sub-contratação do fornecimento do objeto da presente licitação, a qualquer outra empresa.

12 – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. Deverão ser computados nos preços oferecidos pela licitante todos os tributos incidentes sobre o objeto da licitação, ocorrendo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da licitante vencedora.

12.2. O preço permanecerá fixo e irrevogável.

12.3. A licitante que se sagrar vencedora do certame, deverá disponibilizar o pagamento, em conta a ser indicada pelo Consórcio, podendo ser parcelado em até 3 (três) vezes, na seguinte proporção:

- a) - 40% em até 10 (dez) dias corridos, após a assinatura do Termo Contratual;
- b) - 30% até 30 (trinta) dias após o primeiro pagamento;
- c) - 30% até 60 (sessenta) dias após o primeiro pagamento.

13 - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO

13.1. Pela inexecução total ou parcial dos contratos nos termos e prazos ajustados, ou para o caso da prática de quaisquer atos previstos no artigo 7º. da Lei federal nº 10.520/02, a Contratante poderá, assegurada a ampla defesa, além da rescisão do contrato, aplicar a Contratada as sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93, a saber:

- multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor ofertado, cuja execução exceder os prazos pactuados, respeitados os limites da lei civil, recolhida no prazo de 10 (dez) dias da notificação;
- multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, contratual ou legal, que afete as condições ajustadas em favor do servidores, respeitados os limites da lei civil, recolhida no prazo de 10 (dez) dias da notificação;
- suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 2 (dois) anos;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelo

prejuízos que causar, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

- rescisão do contrato sem qualquer direito a indenização

13.2. As sanções de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada conjuntamente com as demais disposições da Lei Federal 8.666/93 e suas atualizações, garantido sempre o exercício de ampla defesa, e registrada no Cadastro de Fornecedores.

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

14.2. O resultado do presente certame será divulgado no DOE (Diário Oficial do Estado).

14.3. Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Estado e no Jornal “o imparcial”.

14.4. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada na sede do CIOP, após a celebração do contrato.

14.5. Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

14.5.1. A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 01 (um) dia útil.

14.5.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

14.6. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela Pregoeiro.

14.7. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Presidente Prudente - Estado de São Paulo.

Presidente Prudente, 12 de agosto de 2016.

Valter Luiz Martins
Diretor Executivo do CIOP

ANEXO I – FOLHETO DESCRITIVO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 35/2016.
PREGÃO PRESENCIAL N.º 3/2016.

1 – O presente Pregão Presencial tem por objetivo selecionar a melhor proposta bancária objetivando a centralização dos serviços de pagamento das remunerações dos servidores do CIOP, mediante crédito a ser efetuado em conta (corrente ou salário).

2 - Nos termos da Resolução 3402 da CMN, ou outra que vier substituí-la, os servidores que optarem por receber sua remuneração em conta exclusivamente salário, não poderá ser cobrada nenhuma tarifa de serviços.

3 – Pirâmide – Número de funcionários e faixa salarial:

PIRAMIDE – NUMERO DE FUNCIONARIOS E FAIXA SALARIAL- CIOP

PISO SALARIAL (R\$)	NÚMERO DE SERVIDORES
De 900,00 a 1075,00	42
De 1075,01 a 1400,00	89
De 1.400,01 a 1.800,00	73
De 1.800,01 a 2.000,00	04
De 2.000,01 a 2.500,00	07
2.500,01 a 3.000,00	02
2.300,01 a 4.000,00	30
Acima de 4.000,00	34
Total	281

QUADRO DE EMPREGADOS- CIOP

SITUAÇÃO	QUANTIDADE
Efetivos	263
Comissionados	18

Quadro das Movimentações Financeiras: CIOP

COMISSIONADOS			EFETIVOS		
MÊS	BRUTO	LÍQUIDO	MÊS	BRUTO	LÍQUIDO
mai/16	R\$ 84.807,56	R\$ 70.202,80	mai/16	R\$ 614.398,31	R\$ 519.973,33

Data base: 31/maio/2016

6 – Data do pagamento: até o 5º dia útil de cada mês.

7 – Custo da abertura de conta com os benefícios da Resolução Bacen 3402 ou equivalente: R\$ 0,00 (zero), assegurando o saque integral das quantias creditadas a esse título, bem como a sua transferência para outras instituições a serem apontadas pelos servidores.

7.1 – Quaisquer cobranças de tarifas por serviços adicionais, deverá ser comunicada previamente ao servidor correntista, observadas as normas do Banco Central.

7.2 - As cobranças eventuais de taxas, tarifas, emolumentos ou congêneres, somente poderão ocorrer em função do relacionamento ou contratações particulares entre o servidor e a Contratada, devendo vir acompanhada de anuência formal do servidor acerca das modalidades de serviços ofertados pela instituição bancária.

8 – Fica assegurada, sem exclusividade, margem consignável de salários dos servidores, para efeito de concessão de empréstimos e outros débitos, limitado a 30% (trinta por cento).

ANEXO II – MINUTA DE PROCURAÇÃO

Pregão Presencial nº 3/2016
Processo Licitatório nº 35/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA A ADMINISTRAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS DOS SERVIDORES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA – CIOP.

A empresa _____, CNPJ ° _____, estabelecida à Rua _____, nº _____, Bairro _____, Estado _____, CEP nº _____, por seu representante legal (nome) _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, portador da cédula de identidade RG nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, Bairro _____, Estado _____, CEP nº _____, a quem confere e concede amplos e gerais poderes para em seu nome, participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para a formulação de propostas e de todos os demais atos inerentes ao pregão, na sessão única de julgamento, nos termos e para os fins do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002, principalmente concede poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Local e data

Assinatura _____
Nome do Subscritor _____
RG nº _____

ANEXO III – TERMO DE RENÚNCIA

Termo de Renúncia (Lei Federal nº 8.666/93, art. 43, III)

A instituição Bancária _____, abaixo assinada, inscrita no CNPJ nº _____, participante da Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 3/2016, promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP, por intermédio de seu representante legal, na forma e sob as penas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, vem **RENUNCIAR**, expressamente, ao direito de interpor recursos e ao prazo relativo a fase de **HABILITAÇÃO**, concordando com o prosseguimento do certame licitatório.

_____ - _____, _____ de _____ 2016.

Instituição Bancária
Representante Legal (nome completo)

OBS: O PRESENTE TERMO DE RENÚNCIA SOMENTE TERÁ VALOR QUANDO ASSINADO PELO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE, COM PODERES ESTATUTÁRIOS E/OU CONTRATUAIS PARA TAL FINALIDADE.

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO Nº XXXX/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO
INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA (CIOP) E A
EMPRESA _____

Aos ---- dias do mês de ---- de 2016, presentes as partes CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - CIOP, com sede na Rua Coronel Albino, nº 550, Vila Maristela, Presidente Prudente – SP, CEP: 19.020-360 – Fone: 18 – 3223-1116, inscrita sob o CNPJ de nº 18.960.233/0001-00, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Valter Luiz Martins, portador do RG nº 6.337.119-4 SSP/SP e CPF nº 779.024.838-34, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, (NOME DA EMPRESA VENCEDORA,) estabelecido na Rua, nº ... –, na cidade de Estado do, inscrita no C.N.P.J. sob nº e I.E. nº, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo (a) Sr (a) residente e domiciliada na, nº, na cidade de, Estado de, RG nº e do C.P.F. nº, que tem entre si justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. A CONTRATADA executará em favor da **CONTRATANTE** a administração dos serviços de folha de pagamento das remunerações e salários dos servidores do Consórcio, mediante crédito a ser efetuado em conta corrente ou salário, pelo período de 60 meses.

1.1.1 - Nos termos da Resolução 3402 da CMN, ou outra que vier substituí-la, os servidores que optarem por receber sua remuneração em conta exclusivamente salário, não poderá ser cobrada nenhuma tarifa de serviços.

1.2. Os créditos a serem lançados nas contas dos servidores, nos termos deste Contrato serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, 13º salário, férias e demais créditos originários da relação existente entre o servidor e CIOP.

1.3. A CONTRATADA terá preferência (e não exclusividade) no direito de explorar a realização de empréstimos consignados a favor dos servidores, desde que os encargos referentes a esses empréstimos sejam aqueles praticados com a menor média de taxa de juros do mercado, limitado a 30% (trinta por cento) do salário.

1.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar durante toda a execução do contrato, exclusivamente aos servidores municipais:

1.4.3 – Os depósitos da folha de pagamento dos servidores do Consórcio, deverão ser efetuados mediante crédito em conta específica do servidor, assegurando a isenção de tarifas, taxas, emolumentos ou quaisquer outros tipos de cobrança, conforme diretrizes mínimas fixadas pela Resolução BACEN n.º 3402 (ou outra que vier substituí-la), ofertando, de forma gratuita, mensalmente, no mínimo os seguintes serviços:

- abertura de conta;
- fornecimento de cartão eletrônico de débito;
- 01 (um) talonário de cheques mensal – com no mínimo 10 (dez) folhas;
- 01 (um) extrato mensal via correio;
- 02 (dois) extratos mensais emitidos em Terminal de Auto-Atendimento;
- 04 (quatro) saques mensais em Terminal de Auto-Atendimento;
- benefícios de cesta alimentação e/ou refeição (na modalidade de cartão).

1.4.4 – Sendo a Contratada instituição financeira oficial, conforme definição inserta no § 3º, do art. 164, da CF, e apenas nesta hipótese, ficará também responsável pela disponibilidade de caixa do Consórcio, além de outros valores que lhe pertença, exceto os valores provenientes de convênios, contratos ou ordens judiciais que disponham de forma contrária.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente Termo de Contrato será executado por regime de execução direta, uma vez que se enquadra nos rigores exigidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.

2.2. Aplica-se ao presente contrato as disposições expressas na referida Lei de Licitações, em especial o Capítulo III e suas Seções.

2.3. Aplica-se ainda, e vincula-se no que couber, as disposições expressas no instrumento de Edital de Pregão Presencial nº 3/2016 – Processo Licitatório nº 35/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES E DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

3.1 - O valor do presente contrato é de R\$(xxx), que será recolhido aos cofres da **CONTRATANTE**, mediante crédito na conta xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

3.1.1. O pagamento será integral **ou** parcelado em até 3 (três) vezes, na seguinte proporção:

- a) - 40% em até 15 (quinze) dias úteis, após a assinatura do Termo Contratual;
- b) - 30% até 30 (trinta) dias após o primeiro pagamento;
- c) - 30% até 60 (sessenta) dias após o primeiro pagamento.

3.2. O pagamento realizado fora do prazo e forma estipulado no subitem anterior, incidirá juros de 1% (um por cento) por dia de atraso.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

4.1. Para o cumprimento do objeto, a **CONTRATADA** se obriga:

- a) executar o objeto contratado com elevada qualidade e no prazo estipulado;
- b) realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto licitado de acordo com as especificações determinadas no Edital do Pregão Presencial nº 3/2016 e seus anexos;

- c) cumprir com a legislação federal, Estadual e Municipal pertinente, e se responsabilizar pelos danos e encargos de qualquer espécie decorrentes de ações e omissões, culposas ou dolosas, que praticar;
- d) pagar e recolher todos os impostos e demais encargos fiscais como todos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e comerciais, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, que forem devidos em decorrências do objeto licitado;
- e) manter durante a execução do Contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) efetuar o pagamento do valor contratado, no prazo fixado na Cláusula anterior;
- g) promover a abertura das contas a que se referem este instrumento em favor dos servidores, procedendo à coleta de dados, documentos e assinaturas necessárias no local e horário de trabalho;
- h) efetuar os créditos dos pagamentos nas contas dos servidores, em conformidade com as informações repassadas pela Contratante, **até o 5º (quinto) dia útil de cada mês**;
- i) respeitar o limite da margem consignável dos salários no caso de concessão de empréstimos, solicitando para tal as informações repassadas pela **CONTRATANTE**;
- j) responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a **CONTRATANTE**, seus servidores ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- l) não cobrar, nos termos da Resolução BACEN 3402 ou instrumento equivalente que vier a sucedê-la, qualquer taxa ou tarifa da manutenção das contas exclusivamente salários, garantindo aos servidores o saque e/ou transferência integral dos valores depositados para este fim;
- m) comunicar previamente os funcionários correntistas acerca de qualquer tarifa cobrada por serviços adicionais, observadas as normas do Banco Central do Brasil.
- n) A cobrança eventual de taxas ou tarifas somente ocorrerá em função do relacionamento particular entre o servidor e a **CONTRATADA** e deverá ser embasada por anuência formal daqueles as modalidades de serviços ofertados por esta;
- o) reparar ou corrigir, dentro do prazo estipulado pela **CONTRATANTE**, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas pela fiscalização dos serviços;
- p) deverá atualizar constantemente seus serviços e produtos no sentido de alcançar para os servidores municipais o melhor e o maior benefício dentre os serviços e produtos oferecidos pelo Banco;
- q) deverá prestar serviços, cumprindo a forma prevista na respectiva proposta, dentro do prazo estabelecido, sob pena de incorrer nas mesmas sanções previstas neste Contrato e na legislação aplicável a espécie;

r) manter sistema informatizado compatível com o sistema do Consórcio, para que todas as operações relativas ao presente Contrato sejam processadas por meio eletrônico e “on-line”, ficando a cargo da **CONTRATADA** arcar com todas as despesas com as adaptações que se mostrarem necessárias.

s) acompanhar a avaliação a ser realizada trimestralmente pela **CONTRATANTE**, quanto aos serviços prestados pela **CONTRATADA** junto ao mercado financeiro de modo a aferir os serviços cobrados dos servidores, de acordo com a média praticada em pelo menos 3 (três) dos maiores bancos de varejo do país.

4.2. Para o cumprimento do objeto, a **CONTRATANTE** se obriga:

a) a informar o saldo da margem consignável dos salários dos servidores, por ocasião da solicitação de empréstimo, sempre que solicitado pela **CONTRATADA**;

b) a enviar a relação nominal dos funcionários, contendo os valores a serem creditados aos servidores, bem como os demais dados necessários e solicitados pela **CONTRATADA**, com a antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis da data marcada para o pagamento dos salários;

c) a garantir as informações e documentos necessários a execução dos serviços por parte da **CONTRATADA**, como a inclusão ou exclusão de servidores e agentes públicos;

d) disponibilizar os recursos financeiros necessários no dia do pagamento dos servidores e agentes políticos, sendo que a efetivação dos respectivos créditos pela **CONTRATADA**, dependerá sempre da disponibilidade de saldo suficiente na conta da **CONTRATANTE**, com 02 (dois) dias de antecedência da data de efetivação dos créditos;

e) efetuar todos os pagamentos de salários de seus servidores através da **CONTRATADA**;

f) A **CONTRATANTE** deverá informar a agência da **CONTRATADA**, assim como o nome completo e RG dos responsáveis pelas autorizações de liberação de crédito, cabendo-lhes as obrigações de manter esses dados sempre atualizados;

g) fiscalizar a fiel execução do contrato, realizando avaliação trimestral dos serviços prestados pela instituição, bem como uma pesquisa no mercado financeiro de modo a aferir os serviços porventura cobrados dos servidores, podendo realinhá-los, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1. O preço contratado é fixo e irredutível.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência do presente contrato será 60 (sessenta) meses, iniciando em, de,, e terminando em, de,

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO

7.1. A CONTRATADA, obriga-se a manter durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições e qualificação exigida na licitação, devendo comunicar a **CONTRANTE** imediatamente qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente Contrato.

7.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo os serviços contratados.

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO

8.1. Vincula-se o presente Contrato aos termos do Processo do Pregão Presencial nº 3/2016, bem como as disposições da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA NONA – DOS FUNCIONÁRIOS

9.1. O presente Instrumento não estabelecerá qualquer vínculo empregatício entre a **CONTRATANTE** e os funcionários contratados diretamente pela **CONTRATADA**, sendo que esta assume todas as obrigações de suportar espontaneamente e integralmente todos os custos e despesas relativas aos serviços de seus profissionais contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ENCARGOS

10.1. Todos os encargos Sociais e trabalhistas, bem como os tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência do presente contrato, correrão por conta do **CONTRATADO**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1. em caso de inadimplência e nos prazos fixados a **CONTRATADA** receberá a aplicação de multa e sanções de acordo com as normas previstas abaixo:

a) Ficará impedida de contratar e licitar com a Administração direta e autárquica do Estado de São Paulo pelo prazo de 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores;

b) A sanção de que trata o subitem anterior será garantido o exercício de prévia e ampla defesa;

c) Advertência por escrito;

f) multa conforme previsto no Edital;

g) Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

h) O valor correspondente a qualquer multa aplicada a contratada, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias após o recebimento da notificação, em conta bancária em favor do consórcio, ficando obrigada a comprovar o recolhimento mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado;

i) Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60

(sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente;

j) Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a contratada responderá pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente;

l) No caso da Contratada ser credora de valor suficiente, o município poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito;

11.2. Sem prejuízo das demais sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, a critério da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará sujeita a multa de 1% (um por cento), sobre o valor do objeto não entregue, por dia de atraso na entrega das mercadorias e, de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, pela inexecução total ou parcial do ajuste, que será descontado no ato da liquidação, ou no caso de insuficiência, deverá ser pago, pela CONTRATADA, na Tesouraria do Consórcio, sob pena de inscrição em Dívida Ativa e cobrança judicial.

11.3. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula, não tem caráter compensatório, porém moratória, não eximindo a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. A rescisão contratual, poderá ocorrer por ato de ambas as partes de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, assim como, livre de qualquer ônus nos seguintes casos:

a) por dolo, culpa, simulação ou fraude na sua execução;

b) quando pela reiteração das impugnações efetuadas pela **CONTRATANTE** ficar evidenciado a incapacidade da **CONTRATADA** de executar o objeto do presente contrato, ou dar continuidade ao mesmo;

c) no caso de falência ou concordata, liquidação ou dissolução judicial ou extrajudicial da **CONTRATADA**, ou ainda caso ocorra a alteração em sua estrutura social, que prejudique ou impossibilitem a execução do fornecimento do serviço contratado;

d) nos demais casos previstos nos artigos 78, 79 e 80 da Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Fica expressamente vedada a empresa contratada a transferência de responsabilidade, a título oneroso ou gratuito, bem como a sub-contratação do fornecimento da presente licitação, a qualquer outra empresa, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes do presente contrato não onerará nenhuma receita do Consórcio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUJEIÇÃO E DOS CASOS OMISSOS

15.1. As partes submetem-se às normas da Lei Federal nº. 8.666/93, com atualizações posteriores, cujos dispositivos, complementados pelo disposto no Edital do

procedimento licitatório em referência e demais disposições legais pertinentes, fundamentarão a solução dos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. As partes elegem o Foro da Comarca de PRESIDENTE PRUDENTE, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas oriundas deste Termo de Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ou que venha a ser.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Qualquer omissão ou tolerância em exigir o estrito cumprimento de quaisquer termos ou condições deste contrato, ou exercer direito dele decorrente, não constituirá renúncia a eles, e não prejudicará assim a faculdade de qualquer das partes em exigí-los ou exercê-los, a qualquer tempo.

17.2. Se uma das partes tolerar qualquer infração em relação aos dispositivos deste instrumento, não importará em liberação da outra parte em cumprir com as obrigações assumidas e nem tampouco que o dispositivo infringido tenha sido considerado cancelado.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, que assinam juntamente com as testemunhas presentes, abaixo nomeadas e identificadas.

PRESIDENTE PRUDENTE, -- de ---- de

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA – CIOP
Valter Luiz Martins – Diretor Executivo
CONTRATANTE

Xxxxxxxxxx
CNPJ nº
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
